

LEIS

Lei nº 10.946, de 30 de outubro de 2001

(Projeto de lei nº 963, de 1999, do Deputado Cícero de Freitas - PFL)

Institui a cédula estadual de identidade de líder comunitário e dá outras providências

O Presidente da Assembléia Legislativa: Faça saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituída a cédula estadual de identidade de líder comunitário.

Artigo 2º - A cédula estadual de identidade de líder comunitário será expedida em nome do presidente de associação com fins comunitários que demonstre possuir, no mínimo, 200 (duzentos) associados.

Artigo 3º - A cédula estadual de identidade de que trata esta lei terá validade perante todos os órgãos públicos e empresas, de economia mista ou privadas, localizadas no Estado, que realizem a prestação de serviços essenciais à população.

Artigo 4º - Vetado.

Artigo 5º - Esta lei será afixada, em local visível, nas sedes e repartições dos órgãos públicos e nos locais de atendimento das empresas, de economia mista ou privadas, localizadas no Estado, que realizem a prestação de serviços essenciais à população.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Artigo 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 30 de outubro de 2001.

a) WALTER FELDMAN - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 30 de outubro de 2001.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

ATOS

Ato nº 52, de 2001

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação do Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, nomeia o Deputado Milton Vieira membro efetivo das Comissões de Direitos Humanos e de Relações do Trabalho e membro substituto das Comissões de Administração Pública e de Transportes e Comunicações e o Deputado Eli Corrêa Filho membro efetivo da Comissão de Direitos do Consumidor, nas vagas surgidas com a mudança de partido do Deputado Eduardo Soltur (artigo 27, § 4º "in fine" da X CRI).

Assembléia Legislativa, em 30 de outubro de 2001

a) WALTER FELDMAN - Presidente

ORDEM DO DIA

31 DE OUTUBRO DE 2001 159ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 9, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e certame licitatório, imóvel situado na Av. Higienópolis, 758, na Capital. Pareceres nºs 1.682 e 1.683, de 2000, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis. Parecer nº 1.684, de 2000, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável, com emenda. Com 4 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1.087, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável à emenda de nº 2, com subemenda e contrário às de nºs 1, 3 e 4. Pareceres nºs 1.088 e 1.089, de 2001, relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis à emenda de nº 2, na forma da subemenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrários às de nºs 1, 3 e 4.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrários às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2000, (Autógrafo nº 24.851), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Cria a Microrregião do ABCDMR, com sede em São Bernardo do Campo. Parecer nº 124, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 79, de 2000, (Autógrafo nº 24.843), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 125, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2000, (Autógrafo nº 24.844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 126, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23.118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24.584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24.587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 287, de 1996, (Autógrafo nº 24.922), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a criação de Universidade da Zona Leste no Município de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24.510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 370, de 1997, (Autógrafo nº 24.896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 635, de 1997, (Autógrafo nº 24.923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24.250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 791, de 1997, (Autógrafo nº 24.877), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre medidas a serem adotadas na prevenção e combate às inundações. Parecer nº 145, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24.367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24.362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 1998, (Autógrafo nº 24.907), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, ao Município de Itu, área de 157.259,39 m², do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, localizado na SP-79, Bairro Pirapitingui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 1999, (Autógrafo nº 24.925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamento o artigo 57 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 1999, (Autógrafo nº 24.487), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o Município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 187, de 1999, (Autógrafo nº 24.909), vetado parcialmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 216, de 1999, (Autógrafo nº 24.871), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Transforma em estância turística o Município de Avaré. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 344, de 1999, (Autógrafo nº 24.897), vetado parcialmente, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Institui Programa Permanente de Aproximação entre o pequeno e médio produtor e a população de baixa renda. Parecer nº 251, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 360, de 1999, (Autógrafo nº 24.872), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Vivência Escolar - CIVE. Parecer nº 138, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 1999, (Autógrafo nº 24.581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1999, (Autógrafo nº 24.560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 404, de 1999, (Autógrafo nº 24.892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 421, de 1999, (Autógrafo nº 24.463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1.319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao "Ferroviário Atlético Clube", com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 476, de 1999, (Autógrafo nº 24.487), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias. Parecer nº 246, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 639, de 1999, (Autógrafo nº 24.848), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre a instalação de equipamento de emissão automática de notas fiscais nos postos de combustível. Parecer nº 131, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 664, de 1999, (Autógrafo nº 24.540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei nº 4.595, de 1985, que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 1999, (Autógrafo nº 24.543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 803, de 1999, (Autógrafo nº 24.836), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado. Parecer nº 139, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º e contrário ao projeto quanto ao § 3º do artigo 1º e ao inciso II do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 891, de 1999, (Autógrafo nº 24.863), vetado totalmente, de autoria da deputada Edir Sales. Proíbe a venda de produtos farmacêuticos denominados: "Fortificante, tônico, complemento de ferro e fósforo, estimulante de apetite e crescimento, energético ou similares", destinados ao uso infantil, que contêm álcool em sua fórmula. Parecer nº 152, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 912, de 1999, (Autógrafo nº 24.869), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Dispõe sobre a divulgação do orçamento e da execução orçamentária do Estado através da "Internet". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 916, de 1999, (Autógrafo nº 24.551), vetado totalmente, de autoria do deputado Williams Rafael. Dispõe sobre a criação de concursos de prognósticos, considerado todo e qualquer concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza. Parecer nº 284, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 917, de 1999, (Autógrafo nº 24.854), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Transforma em estância turística o Município de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 952, de 1999, (Autógrafo nº 24.504), vetado totalmente, de autoria do deputado Nelson Salomé. Dispõe sobre concessão, em pecúnia, de Auxílio-Alimentação a funcionários e servidores da administração centralizada do Estado. Parecer nº 285, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1.034, de 1999, (Autógrafo nº 24.935), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Institui o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão e criando o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1.044, de 1999, (Autógrafo nº 24.858), vetado totalmente, de autoria do deputado Celso Tanauí. Acrescenta dispositivo à Lei 452, de 1974, que dispõe sobre pensão por morte. Parecer nº 133, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1.052, de 1999, (Autógrafo nº 24.980), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Aparecido. Cria o Conselho Estadual de Cidadania e Justiça. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 126, de 2000, (Autógrafo nº 24.937), vetado totalmente, de autoria do deputado Zuza Abdul Massih. Dispõe sobre a instalação de ventilador e luz de emergência nas cabinas dos elevadores das edificações públicas e privadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 230, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Institui prêmio como recompensa por informações que resultem na localização de pessoas procuradas pela Polícia. Com 5 emendas. Parecer nº 1.061, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 278, de 2000, (Autógrafo nº 24.884), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto "Turco Loco" Hiar. Dá a denominação de "Costa Dourada" à área que compreende os municípios de São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba. Parecer nº 147, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 400, de 2000, (Autógrafo nº 24.882), vetado totalmente, de autoria do deputado Eduardo Soltur. Disciplina o transporte de volumes pelas empresas de transporte de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 2000, (Autógrafo nº 24.919), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre procedimento relativo ao crédito dos pagamentos correspondentes aos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 DE OUTUBRO DE 2001 68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 475, de 1997, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a implantação de iluminação especial nas proximidades de escolas públicas. Parecer nº 1.301, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres nºs 1.302 e 1.303, de 2001, respectivamente, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1.424, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável ao substitutivo.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de Lei nº 796, de 1999, de autoria do deputado Milton Flávio. Dispõe sobre a internação de menores infratores. Parecer nº 339, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emendas. Parecer nº 340, de 2000, de relator especial pela Comissão de Promoção Social, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 341, de 2000, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, à emenda B, do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário à A. Com 2 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1.422, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favorável à emenda de nº 1 e contrário à de nº 2.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2001, de autoria do deputado Cesar Callegari. Altera dispositivos da Lei Complementar 444, de 1985, que dispõem sobre o Conselho de Escola. Parecer nº 1.423, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 593, de 2001, de autoria do deputado Carlos Sampaio. Autoriza e disciplina a prática desportiva da sinuca, bilhar e congêneres. Parecer nº 1421, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça e de Esportes, favorável.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 698, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10.387, de 1999, que cria a Secretaria de Estado da Juventude. Com emenda. Parecer nº 1.420, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça e de Esportes, favorável ao projeto e contrário à emenda.

Diário Oficial
Estado de São Paulo

LEGISLATIVO
Jornalista Responsável
Florestan Fernandes Junior - MTb 14.232/52
Gerente de Redação - Cláudio Amaral

REDAÇÃO
Rua João Antonio de Oliveira, 152
CEP 03111-010 - São Paulo
Telefone 6099-9800 - Fax 6099-9706

<http://www.imprensaoficial.com.br>
e-mail: imprensaoficial@imprensaoficial.com.br

ASSINATURAS - (11) 6099-9421 e 6099-9626
PUBLICIDADE LEGAL - (11) 6099-9420 e 6099-9435
VENDA AVULSA - EXEMPLAR DO DIA: R\$ 2,38 — EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 4,80

FILIAIS - CAPITAL

• JUNTA COMERCIAL - (11) 3825-6101 - Fax (11) 3825-6573 - Rua Barra Funda, 836 - Rampa
• POUPATEMPO/SÉ - (11) 3117-7020 - Fax (11) 3117-7019 - Pça do Carmo, snº

FILIAIS - INTERIOR

• ARAÇATUBA - Fone/Fax (18) 623-0310 - Rua Antonio João, 130
• BAURU - Fone/Fax (14) 227-0954 - Pça. das Cerejeiras, 4-44
• CAMPINAS - Fone (19) 3236-5354 - Fax (19) 3236-4707 - Rua Irmã Serafina, 97 - Bosque
• MARÍLIA - Fone/Fax (14) 422-3784 - Av. Rio Branco, 803
• PRESIDENTE PRUDENTE - Fone/Fax (18) 221-3128 - Av. Manoel Goulart, 2.109
• RIBEIRÃO PRETO - Fone/Fax (16) 610-2045 - Av. 9 de Julho, 378
• SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Fone/Fax (17) 234-3868 - Rua Machado de Assis, 224 - Santa Cruz
• SOROCABA - Fone/Fax (15) 233-7798 - Rua 7 de Setembro, 287 - 5º andar - Sala 51



IMPRESA OFICIAL
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

DIRETOR-PRESIDENTE

Sérgio Kobayashi

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Luiz Carlos Frigerio

DIRETORES

Industrial: Carlos Nicolawesky
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84
Inscr. Estadual - 109.675.410.118

Sede e Administração

Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - SP
(PABX) 6099-9800 - Fax (11) 6692-3503